

O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO DA UNIVERSIDADE E O LUGAR DA EDUCAÇÃO POPULAR

THE BRAZILIAN HISTORICAL CONTEXT OF THE UNIVERSITY AND THE PLACE OF POPULAR EDUCATION

EL CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEÑO DE LA UNIVERSIDAD Y EL LUGAR DE LA EDUCACIÓN POPULAR.

Fernanda dos Santos Paulo¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

Jaime José Zitkoski²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1266-2039>

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado em educação que tem como tema central os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular e a Universidade. O objetivo é apresentar uma reflexão em torno da presença da Educação Popular na história da universidade brasileira. É um estudo qualitativo-descriptivo que se valeu de pesquisa bibliográfica e documental com abordagem crítica em torno da história da universidade no Brasil, seguida de reflexões sobre a Universidade popular ou o popular na universidade. E, por último, a discussão contemporânea dessa temática.

Palavras-chaves: Educação Popular. Universidade. História da educação.

Abstract: This article is the result of a doctoral research in education that has as its central theme the pioneers and pioneers of Popular Education and the University. The objective is to present a reflection on the presence of Popular Education in the history of the Brazilian university. Is it a qualitative-descriptive study that used bibliographic and documentary research with a critical approach around the history of the university in Brazil, followed by reflections on the popular university or the popular university. And lastly, the contemporary discussion of this theme.

Keywords: Popular education. University. History of education.

Resumen: Este artículo es el resultado de una investigación doctoral en educación que tiene como tema central a los pioneros y pioneros de la Educación Popular y la Universidad. El objetivo es presentar una reflexión sobre la presencia de la Educación Popular en la historia de la universidad brasileña. ¿Es un estudio cualita-

1 Santa Catarina - Brasil. Doutora em Educação – Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina. UNOESC/PPGE. E-mail: fernanda.paulo@unoesc.edu.br.

2 Rio Grande do Sul- Brasil. Doutor em Educação – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS/FACED/PPGEDU. E-mail: 00086365@ufrgs.br.

tivo descritivo que utilizó investigación bibliográfica y documental con un enfoque crítico sobre la historia de la universidad en Brasil, seguido de reflexiones sobre la universidad popular o la universidad popular. Y, por último, la discusión contemporánea de este tema.

Palabras claves: Educación popular. Universidad Historia de la educación.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar a presença da Educação Popular na história da universidade brasileira, seguida de reflexões em torno da Universidade popular ou o popular na universidade? E, por último, a discussão contemporânea dessa temática.

O texto é fruto de uma pesquisa de doutorado em educação, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Campus São Leopoldo, situada no Rio Grande do Sul. O tema da tese foi os pioneiros e as pioneiras da Educação Popular e a Universidade, sendo entrevistado os seguintes intelectuais: Carlos Rodrigues Brandão, Balduino Antonio Andreola, Celso de Rui Beisiegel, Osmar Fávero, Vanilda Pereira Paiva, Moacir Gadotti e Ana Maria Saul. Esses intelectuais possuem trajetória teórico-prática na universidade, cujo referencial teórico é a educação popular e Paulo Freire.

Neste artigo, trataremos da historicidade da Educação Popular no Brasil. É um estudo qualitativo-descritivo que se valeu de pesquisa bibliográfica e documental. Utilizamos a abordagem crítica sustentada por uma concepção Dialética de Educação a partir de Paulo Freire com o pensamento existencial, da fenomenologia e marxista. (TORRES, 1997; PAULO, 2013). Nas palavras de Gadotti (1993, p. 38), a análise crítica “enquanto método de apropriação do concreto, a dialética pode ser entendida como crítica, crítica dos pressupostos, crítica das ideologias e visões de mundo, crítica de dogmas e preconceitos.”

A coleta de dados foi feita por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos. Conforme, Lüdke e André, “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.” (2007, p. 38-39). No entanto, buscamos em documentos, tanto públicos (fontes secundárias) como privados (fontes primárias), estes oriundos dos pioneiros da Educação Popular, fontes históricas que fundamentam as relações entre universidade e Educação Popular.

Para Saviani (2006) é de suma importância o desenvolvimento de pesquisas em história da educação; os documentos analisados serviram para compor o conjunto de fontes históricas do campo de estudos sobre a história da Educação Popular.

A organização do artigo possui duas partes além da introdução, em conformidade com o objetivo anunciado, sendo estruturado da seguinte forma: O contexto histórico brasileiro da universidade e o lugar da Educação Popular; seguida, na segunda parte, por reflexões sobre Universidade popular ou o popular na universidade? Finalizando com questões contemporâneas. Por último, nas considerações finais apontamos o tipo de presença da Educação Popular na universidade em tempos da constituição de políticas de universida-

des flexibilizadas. Entendemos que as facetas do neoliberalismo, as quais são enfrentadas por pesquisadores da Educação popular, se fazem presentes na estrutura organizacional política e econômica da universidade contemporânea, mas há enfrentamentos político-pedagógicos em curso, os quais anunciam a necessidade de avançar na produção de conhecimentos científicos embasados pela práxis humanizadora, mediante o trabalho engajado e solidário de práticas de pesquisas universitárias.

2. DESENVOLVIMENTO

O início da história da nossa Educação Superior teve sua origem nos cursos isolados para a formação da elite brasileira, inexistindo, assim, a instituição universidade. Geralmente, para estudos de nível superior, o que ocorria era a migração da elite para países europeus.

Leite e Morosini (1992), ao analisarem o processo histórico da constituição da universidade no Brasil e suas concepções, destacam que as primeiras escolas isoladas foram criadas a partir do modelo do ensino superior francês-napoleônico. A esse respeito, Anísio Teixeira (1989) expõe que a universidade napoleônica da França e a Universidade de Coimbra³ são influências intelectuais da nossa educação superior. Importa caracterizar em que se constituía o modelo francês-napoleônico, pois, dito isso, é possível perceber o motivo pelo qual a Educação Popular⁴ não era um tema pautado no contexto do Brasil Colônia e Brasil império. Somente no início do Brasil República que se inaugurou um debate em torno das universidades populares e da Educação Popular.

No caso brasileiro, o modelo francês-napoleônico caracterizava-se por ser basicamente um ensino profissionalizante, sendo oferecido nas faculdades isoladas com o propósito de formar quadros a serviço, principalmente do Estado, diferente das propostas que foram apresentadas pelo Movimento Operário anarquista no século XX.

Também é característico do final do século XIX e início do XX, a influência da filosofia positivista na vida política do país, adentrando-se na educação superior. A ênfase ideoló-

3 É herdeira da Universidade de Paris (França) e da Universidade de Salamanca (Espanha). Para saber mais sobre o contexto do Ensino Superior no Brasil, conferir em Teixeira (1989).

4 Destaco que a Educação Popular não era discutida; contudo, Brandão, em seu livro “O que é educação Popular”, nos diz que “enquanto o trabalho produtivo não se dividiu socialmente e um poder comunitário não se separou da vida social, também o saber necessário não teria existido separado da própria vida. Fora alguns poucos especialistas de artes e ofícios, como os da religião primitiva, em algumas tribos, com pequenas diferenças, todos sabiam tudo, e, entre si, ensinavam-e-aprendiam, seja na rotina do trabalho, seja durante raros ritos, onde, solenes e sagrados, os homens falavam aos deuses para, na verdade, ensinarem a si próprios quem eram eles, e por quê. Esta foi uma **primeira educação popular**”. (2006, p.11, Grifo da autora). A Educação Popular, aqui, expressa o mundo da vida, expressão de Habermas.

gica dada ao positivismo apareceu, inclusive, na Universidade Popular de Piracicaba/SP⁵, inaugurada em 1910 e com atividades ativas até 1914.

A Universidade Popular de Piracicaba foi idealizada para oferecer à população o mesmo ensino que constava nos currículos das escolas e faculdades, sem possuir uma alternativa ao modelo educacional vigente. Essa tendência positivista na Universidade Popular de Piracicaba coloca-nos o desafio de problematizar o sentido e significado do *popular*. Aqui, parece-nos que o *popular* está ligado apenas ao acesso da classe popular ao conhecimento, o qual se destinava a organização social das pessoas para promover o desenvolvimento nacional.

Em uma conferência proferida em 1910, ano da inauguração da Universidade Popular de Piracicaba, o professor José Feliciano de Oliveira⁶ se posicionou em relação ao que concebia como educação, compreendendo-a como forma de eliminar os males da ignorância. No caso das mulheres, a Universidade Popular de Piracicaba seria “uma escola de prática doméstica para moças de todas as classes, onde elas poderão aprender tudo o que faz uma boa dona de casa” (OLIVEIRA, 1910, p. 27-28). O ensino na universidade popular, para José Feliciano de Oliveira, estaria a serviço da vida cívica, sem questionar a divisão do trabalho, o currículo, o lugar da mulher e outras questões de classe.

A inauguração da Universidade Popular de Piracicaba foi notícia nos jornais locais e nacional. No Jornal Estadão (São Paulo), constava uma matéria que publicava a importância dos serviços a serem prestados pela universidade para a cidade de Piracicaba e o seu objetivo foram explanados na palestra de abertura. (ESTADO DE SP, 24 ago. 1910).

Os primeiros movimentos, em âmbito nacional, concernentes à concepção de universidade, são do século XX, “dentro da tradição de um ensino superior profissionalizante e utilitário, não desvinculado da tradição do homem culto”. (LEITE; MOROSINI, 1992, p.243). Por isso, a história da universidade é considerada elitizante, justificando-se pela sua tendência político-pedagógica centralizadora e destinada a poucos (homens cultos).

Consubstanciado numa lógica diferente do modelo fechado de universidade, nos primeiros anos do século XX, o Movimento Operário construiu uma universidade popular inspirada nas ideias anarquistas. Ou seja, “[...] fora fundada, em 1904, a Universidade Popular na sede do Sindicato dos Pintores do Rio de Janeiro, e, em 1915, nascia a Universidade Moderna em São Paulo, por iniciativa de Florentino de Carvalho, um anarquista de origem espanhola”. (RODRIGUES, 2010, p.26).

Conforme Lopes (2006), a Universidade Popular do Rio de Janeiro, através do ensino superior, visava estar aberta para as discussões modernas e sociais, por isso, abarcava

5 É importante mencionar que essa universidade não é a mesma que a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

6 Conferência intitulada *A vulgarização do ensino*: Questões a resolver e papel das Universidades populares, proferida pelo José Feliciano de Oliveira em 1910. Ele era membro honorário da Universidade. (ESTADO DE SP, 09 set. 1910).

em sua organização biblioteca, museu, conferências públicas, concertos, exposições, entre outras atividades de cunho social. Porém, não só pelas dificuldades financeiras, mas por outros fatores subjacentes àquele contexto político, a Universidade Popular do Rio de Janeiro, influenciada pela educação libertária, teve pouca duração.

Em 1912, é criada a Universidade Livre de São Paulo; apoiada no modelo europeu de universidade popular, ela oferecia cursos para disseminar conhecimentos técnicos direcionados à educação superior, abertos a quem se interessasse (MACHADO, 2009). A Universidade Livre de São Paulo manteve-se de 1912 a 1917. Gurgel (1986), ao tratar da Universidade Livre de São Paulo, diz que a sua descontinuidade deve-se ao distanciamento da universidade em relação à classe trabalhadora.

Do mesmo modo, Ghiraldelli (1987) diz que a descontinuidade das universidades populares no Brasil pode ter sido proveniente da fragmentação e desvalorização dos saberes, ou seja, da “erudição dos mestres, em contraste com a vida cultural proletariada”. (p.122).

Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, inspirada por Anísio Teixeira e outros educadores e educadoras progressistas, que aspiravam por uma universidade revolucionária, a qual formaria intelectuais na relação ensino-pesquisa. Mas esse projeto foi abolido devido às forças autoritárias daquele contexto histórico.

Somente em 1960, com a criação da Universidade de Brasília (UNB), tivemos o conceito de “estrutura integrada de universidade”, o qual pressupunha a formação profissional e humanística, de forma igualitária e democrática. Essa concepção de universidade, enquanto “instituição aberta” foi defendida pelo educador Anísio Teixeira (1968). Nesse contexto, o inovador foi a participação do movimento estudantil na luta por uma universidade pública, autônoma, não elitista, aberta à classe popular e com currículo não fragmentado. A esse propósito, Darcy Ribeiro (1986) dizia que a Universidade de Brasília não podia ser de mentira, ou seja, ela não poderia vincular-se apenas ao projeto desenvolvimentista do país.

Por isso, na compreensão de Florestan Fernandes (1974; 1975; 2004) seria impossível mudar a universidade sem transformar a sociedade, até porque ele já havia tido a experiência de participar da criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930, e percebeu que os avanços em relação à sua concepção de universidade não ocorreram.

A Universidade de Brasília, considerada integrada, por ter reunido várias faculdades isoladas, possuía uma estrutura diferente daquelas que se atrelavam apenas à formação profissionalizante, pressupondo uma educação democrática e de acesso para todos. Obviamente, com o regime militar, as universidades, incluindo a Universidade de Brasília, passaram a ser controladas pelos militares, os quais perseguiram militantes dos movimentos sociais, docentes e discentes que eram considerados (as) progressistas e subversivos (as). Anísio Teixeira foi um desses educadores e educadoras “vítimas do Regime Militar de 64, e, com eles, centenas de outras grandes personalidades do mundo intelectual, sindical ou político brasileiro” (ANDREOLA, 2007, p.48).

O Brasil do período da repressão política, pedagógica e cultural, defendia com muita ênfase o desenvolvimento econômico, e, dessa forma, a educação servia a essa finalidade. A universidade, nesse contexto, passa a ser considerada como espaço de reprodução cultural e social de relações de dominação, reforçando os ideais das sociedades capitalistas.

O nosso país, considerado capitalista periférico, tornava-se cada vez mais dependente de outros países capitalistas hegemônicos, e, desse modo, os seus projetos eram quase que cópias desses países. Por esse motivo, os ideais presentes na reforma universitária de 1968 reiteraram os princípios da burguesia brasileira, visando atender a demanda econômica através de formação especializada para o trabalho. Essa reforma representa a inibição da pressão popular, que vinha discutindo e pautando questões concernentes à estrutura universitária.

Para Fazenda (1988) a educação no Brasil, de 1964 a 1969, privilegiou o desenvolvimento econômico e o consumo da burguesia, sendo considerado um processo de manutenção da hegemonia e dominação dessa classe. Todavia, a concepção de universidade para os governos militares não foi a mesma defendida, por exemplo, pelo educador Anísio Teixeira, a qual pressupunha fundamentalmente “formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva.” (1989, p.18). Portanto, a universidade, em nosso país, emerge de um contexto de disputa de modelo de sociedade:

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a universidade brasileira como um todo, empenhou-se na tarefa da redemocratização. A luta contra a ditadura unia estudantes, professores e funcionárias, tanto das universidades públicas quanto das universidades privadas. O fim da ditadura representava uma agenda comum, um compromisso e um projeto de universidade que vinha se caracterizando pela defesa da liberdade de expressão e de organização, mutiladas pelo regime militar. (GADOTTI, s/ano).

Isso porque, entre as décadas de 1950 e 1960, a educação, em seus diferentes níveis, foi pauta de luta das classes populares, principalmente por estar ligada ao modelo econômico populista, em que várias campanhas e movimentos de cunho popular emergiram. Esse período, reconhecido como efervescência popular na defesa de direitos, torna-se perigoso para os militares, que tomaram o poder em 1964, reprimindo fortemente os movimentos de Educação Popular⁷.

7 Em contraponto ao golpe civil-militar de 1964 um dos movimentos constituídos, foi a criação do Centro Evangélico de Informação. Em 1968, o CEI passou a denominar-se Centro Ecumênico de Informação e, em 1974, institucionalizou-se como CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Neste espaço eram publicados informativos sobre a conjuntura política brasileira daquele período e, a respeito da Educação Popular, nos anos de 1977 e 1978, foram produzidos textos pela equipe do Nova – Pesquisa e Avaliação em Educação, já apresentados no capítulo anterior. Sobre esses materiais, eles estão disponíveis a partir de recurso eletrônico (3 DVDs) organizados por Osmar Fávero e Elisa Motta, intitulados como: Educação popular e educação de jovens e adultos, em 2015.

Nesse panorama político, situado entre os anos de 1950 e 1960, a universidade fez parte da agenda de discussão, sobretudo a partir dos estudantes e intelectuais progressistas que estiveram à frente dessa temática. O debate sobre a necessidade de transformar a universidade numa instituição democrática fez surgir a discussão sobre o projeto de sociedade. A universidade, nesse contexto, foi colocada numa encruzilhada, onde dois projetos estavam em disputa: um, de uma universidade aberta e democrática, e, outro, de uma universidade burocrática e de cunho elitizante.

Com relação a isso, a Educação Popular também foi autoritariamente suprimida⁸ pelo regime militar. Tanto que educadores e educadoras que pressupunham uma educação crítica, politizadora e emancipatória eram considerados (as) perigosos (as) à manutenção do poder militar. Paulo Freire foi um desses educadores.

Nesse período, uma das formas de conexão entre universidade e Educação Popular se deu por meio das práticas de extensão. Recordemos que Paulo Freire foi um dos idealizadores do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, onde constituiu uma equipe; essa equipe produziu debates e alguns textos, e propôs um *Sistema de Educação* que iria desde a educação para crianças até a criação de uma universidade popular. A Educação Popular desponta, nesse período, enquanto prática político-pedagógica a serviço das classes populares (BRANDÃO, 1986). Então, nas décadas de 1950 e 1960, mesmo que de forma não expressiva, havia uma pequena discussão sobre a universidade e a Educação Popular.

Era esse o contexto até os militares tomarem o poder, um contexto em que o projeto popular estava presente e possivelmente poderia trazer grandes transformações na história política e econômica do Brasil, mas, com o golpe, essa realidade de efervescência popular foi abolida.

Conforme Oliven (2002), com a Reforma Universitária, de 1968, houve o crescimento do acesso à educação superior devido à expansão desse nível educacional, via a criação de faculdades isoladas de cunho privado. Nos anos de 1980, em decorrência dessa realidade, havia diminuído significativamente o número de estudantes matriculados (as) em universidades públicas. Outra característica desse processo de expansão do setor privado refere-se à ênfase voltada estritamente para o ensino, excluindo, portanto, atividades de pesquisa e extensão. Contudo, os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) foram instituídos nesse contexto do regime militar, por meio da reforma universitária, sendo inspirados no modelo do sistema americano, via acordos MEC/USAID. Na grande maioria, eram as instituições públicas que ofereciam essa modalidade da educação superior, até porque era delas a responsabilidade de oferecer ensino, pesquisa e extensão; contudo, o que de fato estava ocorrendo no Brasil era a expansão das faculdades isoladas do setor privado.

8 Tratando-se da sua legalidade, mas clandestinamente a EP nunca deixou de estar presente em movimentos de resistência, portanto a EP na sua essência se constitui como transgressora.

No que se refere à extensão de caráter popular desenvolvida em algumas universidades, cujas atividades germinaram entre os anos de 1950 e início dos anos de 1960, não existia com esses princípios no período da ditadura, pois nos governos militares não havia o projeto de abertura da universidade para abordar, dentro e fora dela, questões oriundas do povo, dos movimentos populares e do projeto de sociedade. Como já foi mencionado anteriormente, Paulo Freire desenvolveu um importante trabalho de pesquisa social no Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, o qual foi silenciado pelo golpe militar. Somente com o seu retorno ao Brasil, ele retoma a docência na educação superior, tanto na PUC de São Paulo como na Unicamp, período em que recupera o debate sobre o papel da universidade.

A partir de 1978, muitas experiências de Educação Popular marcaram a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), sobretudo através de projetos comunitários de periferia, vinculando-se aos movimentos sociais. Essas experiências de extensão universitária em educação popular, apesar de uma conotação assistencialista e burocrática, abriram espaços para a presença do movimento popular na universidade. (FLEURI, 1988).

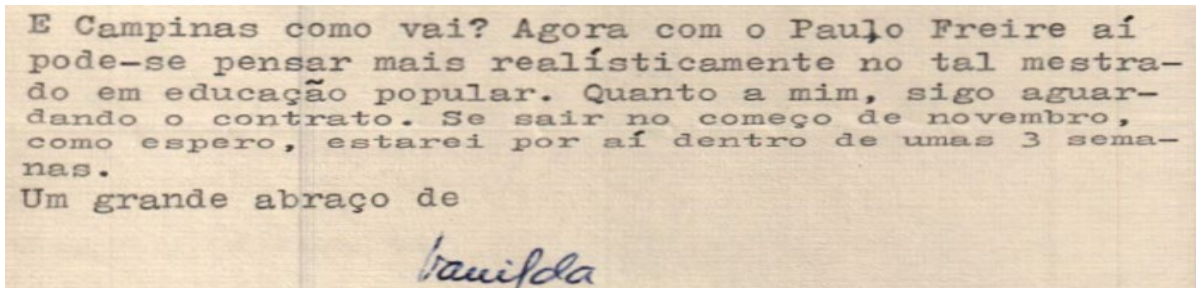
Entre os anos de 1980 e 1990, a expansão do ensino superior no setor privado aumentou, sendo que a sua grande maioria permanecia constituída por faculdades e centros universitários destinados à formação de pessoas para o mercado de trabalho, com pouca disseminação do trabalho com pesquisa. Todavia, nos anos de 1980, algumas universidades confessionais de caráter religioso tiveram uma importante contribuição para a história da Educação Popular em nosso país, contrapondo-se ao modelo de universidade fechado e elitista.

Uma das referências da relação entre universidade e a Educação Popular é proveniente de uma experiência de curso de especialização, realizado na Universidade do Rio dos Sinos. Streck e Rosa (2015), em um artigo elaborado para a revista *La Pirágua*, registram essa experiência apontando algumas características do curso de especialização em Educação Popular, dando destaque para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo os (as) autores (as), o curso destinava-se a formação de pessoas críticas e participativas, no sentido de se empoderarem na produção de pesquisas que possibilitassem a intervenção nas suas comunidades. Esse curso contou com educadores e educadoras que possuíam afinidade com a temática da Educação Popular e da teologia da libertação. Esse projeto teve a duração de quatro anos.

Similarmente, no tocante à presença da Educação Popular na universidade, é constituída, na Universidade Federal da Paraíba, a pós-graduação em educação, no final da década de 1970. Diante da criação do curso de mestrado em educação, no qual a Educação Popular é tema de referência, a instituição passa a ser uma das universidades que, até os dias de hoje, possui uma história vinculada à Educação Popular, principalmente através dos projetos de ensino, extensão e pesquisa.

Na Universidade Estadual de Campinas, localizamos em uma carta emitida, em outubro de 1980, por Vanilda Paiva para Carlos Rodrigues Brandão, relatando sobre o projeto de um Mestrado em Educação Popular, como podemos verificar na imagem abaixo:

Figura 1 – Fragmento da Carta de Vanilda Paiva para Brandão



Fonte: PAULO, 2018.

Nos dias de hoje, a Educação Popular continua sendo um dos eixos centrais das propostas de pesquisas, estando coligada aos processos educativos associados ao popular, dialogando com outras temáticas e áreas do conhecimento. Inclusive, neste programa (mestrado e doutorado) existe uma linha de pesquisa intitulada Educação Popular, onde mais de dez professores e professoras orientam pesquisas identificadas com um projeto educativo emancipatório. Dentre os docentes, destacam-se Afonso Celso Scocuglia, José Francisco de Melo Neto e Timothy Denis Ireland. Estes contextos, da Paraíba e a Educação Popular, podem ser localizados no livro de Scocuglia (2001), em que ele conta a relação entre o projeto do governo estadual, no início dos anos de 1960, e a Campanha de Educação Popular - CEPLAR, na qual estudantes universitários estiveram envolvidos.

Timothy Denis Ireland (2002), ao analisar a história das práticas de extensão universitária, afirma que Paulo Freire é “um dos teóricos mais influentes, tanto no Brasil como internacionalmente” (2002, p.53), devido ao seu trabalho no “Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) no final da década de 50.” (2002, p.53).

José Francisco de Melo Neto, no mesmo livro, escreve sobre extensão universitária e suas bases ontológicas, apresentando um contexto mundial e revelando, nas suas origens, os seus significados. Para ele, “na América Latina, a extensão universitária esteve voltada, inicialmente, para os movimentos sociais. Merece destaque o Movimento de Córdoba, de 1918. Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade.” (2002 p.8-9). No caso do Brasil, segundo Neto, as primeiras experiências de extensão são anteriores “ao movimento estudantil organizado pela UNE”, pois são procedentes das “universidades populares, na tentativa de tornar o conhecimento científico e literário acessível a todos.” (2002, p.9).

O autor comenta que algumas das universidades do início do século XX promoviam cursos de extensão com vertente positivista, e que somente com o surgimento da União

Nacional dos Estudantes a extensão passa a ser compreendida como “difusão da cultura e de integração da universidade com o ‘povo’.” (2002, p.10). Contudo, ela é implantada, de um modo geral, enquanto “‘doadora’ de conhecimento, pretendendo impor uma ‘sapiência’ universitária a ser absorvida pelo povo.” (2002, p.10). O educador traz uma discussão teórica sobre o termo extensão, e um dos autores que contribui para a sua análise é o Paulo Freire, em seu livro: *Extensão ou Comunicação*. Explica que, em Freire, encontra-se a análise dos aspectos ideológicos do ‘fazer extensão’ identificado com uma educação bancária e domesticadora, e, por isso, numa visão contrária a esta, o termo *comunicação* é mais coerente que extensão, pois a “comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. [...] O que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo”. (FREIRE, 1977, p.45).

Com essas inferências, podemos afirmar que as práticas de extensão universitária, na sua origem, aproximam-se à visão de educação enquanto *invasão cultural*⁹, muito próxima e talvez menos explícita, na história da educação superior.

A educação superior de uma forma geral, sobretudo a partir da década de 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, começa a difundir os ideais neoliberais e da globalização de mercado, representando, desse modo, os interesses da hegemonia burguesa, consubstanciados pelas políticas educacionais, inclusive sob influência das recomendações do Banco Mundial e dos organismos multilaterais. (GENTILI, 2001).

No caso da extensão universitária, nos anos de 1990, havia a esperança de que essas práticas teriam uma “função potencializadora de uma mudança social necessária [...]”.(CUNHA, 2002, p.31). Contudo, em virtude do contexto neoliberal, a extensão passa a ser expressão das tensões advindas do modelo de desenvolvimento capitalista, trazendo essas questões para o debate, o que, por um lado, desencadeava projetos extensionistas que não se aproximavam a um projeto de sociedade emancipatório, e, por outro lado, algumas experiências passaram a dialogar com as lutas dos movimentos sociais e com os saberes populares presentes nas comunidades. Nesse último modo de conceber extensão, algumas práticas aproximam-se da Educação Popular, a exemplo dos projetos realizados pela Universidade Federal da Paraíba, pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

As políticas educacionais passam a ser orientadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a qual, no tocante a educação superior, privilegia o setor privado em detrimento do público, especialmente em se tratando das lutas e reivindicações dos movimentos populares e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (DOURADO, 2002). Mesmo assim, é oportuno destacar que constam, nessa legislação, avanços impor-

9 É a introdução da cultura estranha de forma imposta, desrespeitosa e dominante no contexto alheio.

tantes na história da educação brasileira, principalmente porque, de algum modo, traduz a luta pela escola pública, gratuita e universal.

Nesse contexto, merecem destaque os tensionamentos políticos entre os partidos do neoliberalismo e os ditos populares de esquerda, cujos projetos pautavam o papel do Estado, sobretudo a respeito das políticas sociais. Nesse processo, estavam os movimentos sociais populares reivindicando o direito ao acesso da classe popular na universidade, à educação pública de qualidade e à gestão democrática no ensino.

A política educacional para a educação superior, a partir do ano de 2002, possui uma nova configuração em relação ao governo anterior. O Programa de Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em sua campanha à Presidência da República no ano de 2002, tinha como lema “Um Brasil para Todos, Crescimento, Emprego e Inclusão Social”. Nesse documento, são apresentados na seção da educação alguns dados do Censo da Educação Superior, de 2000, os quais revelam que os setores populares, na sua grande maioria, não têm acesso à educação superior pública e, quando acessam esse nível, estudam em estabelecimentos privados, causando uma elevada evasão por falta de condições financeiras de custear os gastos com os estudos. Nesse conjunto de propostas, é pautada a necessidade da ampliação significativa das vagas nas universidades públicas, enquanto processo de inclusão social.

No documento intitulado *Uma Escola do Tamanho do Brasil*¹⁰, encontramos alguns compromissos básicos do governo para com a educação superior, sendo que alguns deles são: 1) Expandir significativamente a oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos; 2) Envolver as Instituições de Educação Superior, em especial as do setor público, com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica, e associem ensino, pesquisa e extensão; 3) Criar um Programa de Bolsas Universitárias, no âmbito do Programa Nacional de Renda Mínima, para beneficiar estudantes carentes que estudem em cursos de qualidade comprovada, e que, em contrapartida, realizem trabalho social comunitário.

A partir do Governo de Inácio Lula da Silva foram criados o Programa Universidade para Todos - ProUni¹¹ e o REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais¹², considerados políticas de acesso à educação superior. Com essas políticas, é possível observar um movimento de ampliação de vagas na educação superior e ampliação do ensino promovido pelas instituições públicas federais.

Mesmo no governo Lula, Leher (2004a) afirma que as políticas da educação superior estão vinculadas às diretrizes do Banco Mundial, que defende a privatização dos serviços

10 <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/umaescoladotamanhodobrasil.pdf>. Acesso em 22/01/2015.

11 Criado pela Lei nº 11.096/2005 do Programa Universidade para Todos (ProUni)

12 O REUNI foi instituído pelo Decreto de nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

públicos. Ainda, segundo Roberto Leher (2004b), em relação ao Programa Universidade para Todos - ProUni, essa política de acesso à educação superior se inspira nos modelos de ensino defendidos pelo Banco Mundial, dando-se através da “parceria público-privada”. Para ele, o ProUni é o processo de privatização do ensino. Contudo, para o governo popular¹³, essa política (ProUni) visa a democratização do acesso à educação superior, mediante bolsas de estudos em instituições privadas.

No Programa do Governo de Lula, a Educação Popular não se fez presente na parte que trata da educação superior, mas é mencionada no que tange ao princípio da democratização do ensino. Portanto, podemos inferir que a ampliação de vagas nesse nível de ensino, através das políticas educacionais a partir do governo Lula, é concebida como um modo de democratizar a educação. Assim, a Educação Popular, aqui, é compreendida como o *popular na universidade*, ou seja, é o acesso dos setores populares na educação superior.

Mas, nesse movimento contraditório de produção de políticas educacionais para a educação superior, principalmente a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), muitos movimentos populares organizados participaram de experiências de criação de novas universidades públicas, a exemplo:

[...] a UFFS é criada a partir de uma demanda levada a cabo por segmentos sociais organizados na região sul, tendo em vista o aceno governamental (intencionalidade política e administrativa) para a expansão de vagas e criação de novas instituições universitárias. Nascida deste “casamento” entre a mobilização de movimentos sociais (agrupados no denominado “Movimento Pró-Universidade”) e a intencionalidade governamental a partir de políticas como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFFS está, de fato, de diferentes formas, na ‘fronteira’. (PEREIRA, 2014, p.23).

Considerado como um modelo alternativo de universidade, Pereira (2014) realiza seus estudos a partir do referencial da Educação Popular freiriana, cujo tema central é o processo de democratização do acesso ao ensino superior das classes populares. O autor contextualiza a criação da universidade desde as políticas de estruturação e expansão das universidades federais e do diálogo com os movimentos sociais, que demandam políticas de inclusão social. Também, apresenta o debate sobre universidade popular enquanto projeto em disputa. Conforme Pereira, a “possibilidade da experiência da UFFS chegar a de uma universidade popular é algo que precisa ser examinado ao longo do tempo, pois a nova universidade ainda está dando seus primeiros passos.” (2014, p.100).

Paulo (2010; 2013) apresenta uma experiência que coloca questões desafiadoras frente às relações entre Educação Popular e universidade. A primeira refere-se à luta de

13 Conferir no site do Mec. <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 01/05/2013.

educadores e educadoras populares de Porto Alegre pelo direito à formação nos princípios da Educação Popular. A segunda retrata a demanda da participação dos educadores e das educadoras populares na construção do curso. Uma das possibilidades emergiu da parceria firmada entre Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e o Ministério da Educação, em 2006. Essa parceria possibilitou o encaminhamento de 126 educadores e educadoras populares em um curso denominado Pedagogia com ênfase em Educação Popular¹⁴.

Para Paulo (2013), outras experiências que abordam a Educação Popular na universidade são os cursos de graduação demandados pelo Movimento Sem Terra e Via Campe sina. Outra iniciativa foi a construção de um curso de especialização em Educação Popular: Gestão de Movimentos Sociais, realizado por meio da parceria entre a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, o Instituto Brava Gente, a Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre e o Instituto Ivoti, cuja aula inaugural ocorreu em 05 de abril de 2008.

Nesses casos, a Educação Popular na universidade foi um processo de inclusão social de setores populares que tiveram o direito a continuidade dos estudos negados. Esses dois cursos com ênfase em Educação Popular, representam a luta dos movimentos populares e o diálogo entre universidade tradicional e a perspectiva da Educação Popular, através da sua abertura para as demandas populares.

Mesmo com esses movimentos de democratização da educação superior e de projetos alternativos produzidos entre movimentos populares e universidades, a continuidade (caso da PUCRS) e/ou expansão (caso do Brava Gente) desses cursos não ocorreram, os quais poderiam transformar-se em um campo de disputa de projeto. Isso demonstra que a prevalência do projeto de *mercantilização da educação superior* é dominante, pois esse nível educacional se tornou interessante para o mercado, que o considera um serviço a ser vendido para quem puder comprá-lo.

Por outro lado, as experiências descritas acima, de Educação Popular na universidade representam resistência e esperança associada às demandas populares e projetos alternativos, na perspectiva contrária ao pensamento neoliberal, o qual visa a mercantilização da vida.

Ao assumir as premissas da Educação Popular, na perspectiva freiriana, a centralidade é para além da discussão da educação como um *direito*, pois possui a *dimensão*

14 A partir dos grupos de estudos, reuniões e debates, formou-se uma comissão para construção da parceria interinstitucional envolvendo as seguintes instituições: a entidade de luta por formação docente na cidade de Porto Alegre, a Associação dos Educadores Populares – AEPPA, o CME, o CMDCA e a PUCRS. Esse curso de licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação Popular teve a duração de oito semestres (4 anos). O mesmo ofereceu duas habilitações: educação infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental. O currículo foi construído entre Movimento Popular e Universidade. Sobre essa experiência, além da minha dissertação, há um texto que fala, a partir das professoras desse curso, sobre educadores (as) populares na Universidade. Ver em Paulo (2010, 2013 e 2018).

da luta (FREIRE, 2008), que considera as experiências como necessárias para superar o contexto reformista da história da educação superior.

Nesses casos descritos acima, mesmo com a participação direta dos movimentos populares na universidade, Paulo (2013) não considera essas experiências como universidade popular, talvez porque elas se constituam como *experiências de passagem*. E, mesmo sendo passageiras, considera que são fontes inspiradoras para analisar a universidade contemporânea, na perspectiva de reinventá-la.

2.1 UNIVERSIDADE POPULAR OU O POPULAR NA UNIVERSIDADE?

Considero a universidade como instituição social, portanto aberta a mudanças porque nelas estão pessoas que resistem aos modelos opressores de educação. Na *rebeldia necessária* forja-se, por dentro da universidade saberes e partilhas do conhecimento que questionam o estilo e o projeto de universidade política de uma sociedade elitizante. Assim, me parece que, numa concepção de Educação Popular freiriana, a universidade deveria ser democrática e plural, no sentido de trabalhar a *unidade na diversidade*, como dizia Freire em *Pedagogia da Esperança* (1997). Isso não significa omitir ou não produzir um projeto definido de universidade, o qual, nessa perspectiva, não pode ser sectário e neutro perante as problemáticas apresentadas pela sociedade.

Nesse contexto, a universidade, que pressupõe uma educação transformadora, possui um projeto numa perspectiva de *reinvenção do poder*¹⁵ desde as classes populares. Nas últimas décadas, essa reinvenção tem sido cada vez mais urgente, devido à realidade neoliberal que se apresenta nas políticas que desconstituem direitos sociais conquistados, preconizando a mercantilização da educação e das mais variadas dimensões da vida.

Na resistência à educação elitista e mercantil, encontramos nos pressupostos da Educação Popular embasamentos que nos desafiam a discutir, refletir, lutar e fomentar a construção de políticas em defesa da universidade radicalmente popular. Entretanto, parece ser necessário nos indagarmos sobre qual projeto de universidade é defendido pela Educação Popular freiriana e quais são as experiências concretas de universidades populares. Por isso, a primeira questão a ser analisada é o que significa o termo *popular*.

Destaco, primeiramente, entre os pensadores que discutiram a Educação Popular, a definição de Paulo Freire:

[...] refere-se ao povo e não à elite. Povo no sentido mais amplo, não tem nada a ver com as classes dominantes. Quando dizemos povo não estamos incluindo neste conceito os industriais e eu não quero dizer que os industriais não fazem parte de

15 Termo utilizado por Freire em **Pedagogia: diálogo e conflito**, livro produzido em diálogo com Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães. No sentido de “reinvenção do poder, ou as massas populares têm uma participação ativa e crescentemente crítica no processo de aprendizagem de serem críticas, ou o poder não será reinventado”. (1995, p.54).

uma outra compreensão do conceito de povo, de povo de um país. Eu não tenho o poder de separá-los como eles fazem conosco. Mas de um ponto de vista sociológico e político, eles obviamente não são povo. (FREIRE, 2008, p.74).

Acima, o significado do adjetivo *popular* refere-se à classe popular, ou seja, ao oprimido. Em outros escritos, Paulo Freire discute mais claramente o *popular* a partir da realidade vivida pelos oprimidos, como é o caso do livro *Ação cultural para a liberdade* (1981) em que a *experiência da cultura do silêncio* retrata a educação bancária de *invasão cultural*, a qual é imposta pelos setores dominantes. Já em *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo* (1978) e *Educação e Mudança* (1979), o *popular* refere-se à participação política dos setores populares a fim de desencadear mudanças sociais, as quais são opostas aos processos de exclusão social.

Na obra *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (1997) é possível identificar o termo *popular* numa aproximação *epistemológica de cunho crítico-dialógico* (saber popular em diálogo com o científico) e *político-pedagógico*, enquanto projeto de sociedade que inclui compromisso, engajamento e empoderamento popular na luta contra a realidade social opressora.

Mas a expressão *popular* na educação tem sentidos e significados diferentes, e até contraditórios. Nem sempre o *popular* esteve atrelado aos projetos emancipatórios enquanto resistência aos preceitos dominantes presentes em nossa sociedade. Um exemplo de aceção do *popular* com sentido contrário ao da perspectiva emancipatória foi usado na Roma Antiga, em que significava o conjunto de cidadãos, de modo geral, aqueles que eram considerados inferiores porque não participavam da cidadania (STRECK; et al. 2014). Mejía (2012) recupera a expressão *educação popular* utilizada na Reforma Protestante, a qual se destinava a instrução dos fiéis, para que pudessem ler as sagradas escrituras. Aqui, podemos adjetivar essa *educação popular* como *cristã*, devido a sua origem de cunho religiosa.

Mais próximo de nós e do nosso tempo histórico e político, podemos nos referir ao processo de escolarização do povo brasileiro, ou seja, o *popular* significando o acesso. Recentemente, com as políticas educacionais de democratização da educação básica e superior, também se utiliza o *popular*, no sentido semelhante ao de popularizar (universalizar) a educação através do acesso à educação escolar. Desta forma, a palavra *popular* refere-se à educação dada ao povo, mas não feita com ele, embora não se possa negar a grande e intensa mobilização das classes populares na luta pelo direito à educação¹⁶. Na história brasileira, é na primeira república que o termo da Educação Popular aparece enquanto luta pelo direito à educação escolar atrelada aos processos emancipatórios. Francisco Mendes Pimentel, deputado mineiro do Partido Republicano Mineiro, é quem propõe uma política de educação popular, defendendo a instrução pública e a “elaboração de uma política de educação popular que atendesse ao problema social da educação do proletário” (MOROSINI,

16 A luta pela escola pública no país inicia-se na década de 1930. Ver Brandão (2002).

2006, p.98). Francisco Mendes Pimentel utiliza a expressão enquanto educação popular proletária.

Nas primeiras décadas do século XXI, Romanelli (1987) e Alves (2008) enunciam que *Manoel Bonfim*¹⁷ considerava que a instrução popular não foi considerada um problema importante na Primeira República, e todas as reformas foram fracassadas em se tratando da educação popular. Para ele, o remédio para a ignorância é à instrução popular.

Portanto, Manoel Bonfim acreditava que instrução popular e educação popular eram sinônimas, sendo o termo *popular* compreendido como salvação para os problemas daquela época, marcados pela inexistência de políticas educacionais de instrução pública.

Carneiro Leão¹⁸(1919) também preocupou-se com a questão do analfabetismo, presente na constituição do Brasil República. Para Gonçalves (2014), Carneiro Leão “acreditava na necessidade do Estado organizar a escola obrigatória, gratuita e laica” (p.27), defendendo uma escola integral para além da instrução escolar. No Livro *Problemas de Educação*, de 1919, ele caracteriza que escola seria essa, voltada à educação para o trabalho: formação cívica, intelectual e física do aluno destinada para o trabalho (aprender fazendo).

Carneiro Leão reconhecia a carência da educação popular de caráter nacional, e, diante disso, “levantou a bandeira de uma campanha nacional em prol da educação popular, pois acreditava que somente a educação associada ao civismo e ao trabalho auxiliaria a nação brasileira a alcançar o patamar das grandes nações desenvolvidas”. (GONÇALVES, 2014, p.71). A expressão *popular* também pode ser analisada no livro *Educação Popular*, de 1917, onde ele “propõe a construção de um projeto nacional de Educação Popular, generalizante e prático, no qual a nação brasileira alçasse os patamares escolares das grandes potências mundiais.” (GONÇALVES, 2014, p.79).

Diante dessas considerações, embora se reconheça os avanços no pensamento de Carneiro Leão, o termo *popular* refere-se à luta pelo processo de escolarização para o desenvolvimento nacional, ou seja, vincula-se a um projeto de instrução popular cristã, isto porque defende o ensino religioso como parte integrante e obrigatória da escola.

Nas palavras de Osmar Fávero “[...] nas obras dos autores clássicos da educação brasileira (Primitivo Moacyr, Francisco Campos e mesmo Lourenço Filho, coordenador da primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos, criada em 1947), educação popular significa a extensão da escola elementar às crianças das camadas po-

17 Manoel Bomfim nasceu em 1868 em Aracaju (Sergipe) e faleceu em 1932. Atuou na educação e na vida política partidária, sendo deputado estadual de Sergipe. Para saber mais ver em: ALVES, Aluizio Filho. Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial. São Paulo: Expressão popular, 2008.

18 Antônio Carneiro Leão (1887-1966), natural de Recife/Brasil, foi professor, gestor e ensaísta e lutou pela escola obrigatória, gratuita e laica. Um trabalho interessante sobre o autor é a pesquisa de mestrado de Micheli Suellen Neves Gonçalves realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciência, da Educação da Universidade Federal do Pará em 2014. A referência consta neste projeto e no site da Universidade: http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/m14_micheli.pdf.

bres.” (PAULO, 2018, p. 135). Uma breve pesquisa sobre o Primitivo Moacyr nos mostra que a sua preocupação e compreensão (século XIX) referem-se à instrução pública estatal, com liberdade de ensino, obrigatoriedade a educação e a laicidade. Discutia a necessidade da formação docente, de verbas para a educação, a fim de construir programas e métodos de ensino qualificados, além de reestruturar as escolas (infraestruturas).

De acordo com Brandão (2002), a Educação Popular é um termo com diferentes significados históricos, e marcado por singularidades, conforme o seu contexto político brasileiro. Para ele, ocorreram diferentes movimentos em que se buscava uma alternativa de projeto de sociedade por meio da educação. Muitos desses movimentos se identificavam com a Educação Popular ou eram vizinhos a ela; dentre eles, está a luta pela escola pública, na década de 1930. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que a reivindicação das classes populares, também pela educação superior, se aproxima com a história da Educação Popular no Brasil e na América Latina; mas isso não significa que possua o mesmo sentido histórico, político, cultural e pedagógico da perspectiva da Educação Popular freiriana.

Concernente às lutas reivindicatórias dos Movimentos Populares ao direito à educação no Brasil, uma das primeiras relações entre luta popular e direito à educação escolar, data da década de 1920 e 1930, quando são construídas as escolas anarquistas para os trabalhadores (BRANDÃO, 2002; PALUDO, 2001).

Segundo Rodrigues (2010), no Brasil os anarquistas realizavam simpósios, palestras, conferências e cursos de extensão, cujos temas foram sendo publicados no decorrer dos anos de sua existência. Um desses ciclos de palestras abordou a “Educação Popular: da Educação Libertária à Educação Libertadora”. O *popular*, nesse sentido, refere-se a uma educação não elitista e autogestionária.

Florestan Fernandes (1974, p.22), ao falar da universidade brasileira, diz que entre os anos de 1940 a 1950 “não existia qualquer movimento político-social suficientemente forte para servir de contrapeso à pressão conservadora”, característica da universidade. Ou seja, o educador projetava uma universidade autônoma em relação ao projeto estatal daquele período, idealizando uma instituição democrática e formadora de sujeitos críticos (FERNANDES, 1975; 2004). Com esses ideais, podemos afirmar que, mesmo não possuindo o termo Educação Popular nas palavras de Florestan Fernandes, a sua luta está intrinsecamente identificada com ela. Portanto, o *popular*, aqui, se aproxima da perspectiva de Paulo Freire, uma vez que, para Florestan Fernandes, a construção de uma educação pública deveria superar a sociedade capitalista.

Em nosso país, é a partir dos anos de 1950 que Paulo Freire se destaca no trabalho inspirado pela Educação Popular, na qualidade de uma *revolução cultural*, no sentido de ler o mundo numa perspectiva da luta pela superação da *invasão cultural*, impregnada no projeto de sociedade que reproduz a cultura dominante, presente nas sociedades capitalistas (FREIRE, 1994).

Ao trabalhar no Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife (hoje Universidade Federal de Pernambuco), Paulo Freire teve a intenção de “trazer para a universidade o senso comum, os sonhos, os desejos, as aspirações e necessidades do povo” (FREIRE ARAUJO, 2006, p.34), numa perspectiva política e pedagógica. Nessa acepção, a educação superior, por meio de práticas de extensão, visava problematizar os processos de *invasão cultural*, manifestados na manipulação dos setores populares, mediante discursos de políticos que se utilizavam da falta da escolarização e do contexto de pobreza da maioria da população, para apresentar e reproduzir a cultura dominante e opressora.

Os movimentos de Educação Popular, nesse tempo, destinavam-se à formação política e participativa, incluindo o desafio de propor o acesso à escolarização enquanto direito da classe popular. Com base nesse processo histórico, *o popular* assume a dimensão de *resistência* ao sistema de exploração e dominação do capitalismo, pretendendo construir uma educação para o *empoderamento* popular e para a politização.

Nessa época, a Educação Popular, numa concepção crítica e numa dimensão humana, iniciou uma aproximação com os movimentos populares, tendo como horizonte a indissociabilidade entre cultura popular, trabalho, educação e política. Nessa consonância, Alfonso Torres Carrillo nos diz que:

Desde lá década de 1970, la Educación Popular se ha convertido en una corriente pedagógica y en un movimiento sociocultural con presencia e influencia en todos los países de América Latina. A lo largo y ancho de la región, bajo la influencia fundacional de Paulo Freire, fueron surgiendo grupos de base, organizaciones sociales, organizaciones no gubernamentales, redes y movimientos sociales e, incluso, programas estatales, en torno a la educación de adultos, la alfabetización, el trabajo comunitario, la promoción social, la animación cultural y la formación de dirigentes, que se identifican y declaran inscritos en el cada vez más ancho campo de la Educación Popular. (2007, p.14).

Com isso, tanto no Brasil como na América Latina, ocorreram lutas reivindicatórias pelo direito à educação para todos; em alguns momentos, objetivando apenas a democratização do acesso à educação pública, e, noutros, associando o acesso a um projeto de sociedade sem injustiças sociais e, conseqüentemente, visando à dignidade humana, sobretudo em virtude do alto índice de miserabilidade e analfabetismo entre adultos.

Na conjuntura brasileira, o projeto alternativo de Educação Popular foi abortado pelo Regime Militar, e toda a efervescência política, das décadas de 1950 e 1960, a favor da Educação Popular foi interrompida com o golpe de estado, em abril de 1964. Disso, resultou um período político permeado por regulamentos opressores, os quais negavam todo e qualquer projeto popular de cunho democrático. Nesse contexto, os movimentos populares foram perseguidos e intimidados, e, com isso, a educação também mudou de configuração. Mas a esse respeito, lembra Aquino (2001) que, mesmo com o endurecimento crescente do regime militar que impedia qualquer processo reivindicatório, havia movimentos populares

de oposição à ditadura, destacando-se o Movimento de Educação de Base e os grupos da igreja católica e os embriões dos movimentos sindicalistas no campo e na cidade. Aqui a Educação Popular é clandestina. Sublinha-se que, nos preceitos do Regime Militar, o *popular* adquire o significado de submissão aos *status quo* do sistema vigente, em que qualquer forma de participação era considerada como subversão ou insubordinação. Era então a deturpação do projeto cultural iluminista a favor de um poder e uma ideologia dividida entre os militares e os empresários com o uso do autoritarismo.

No entanto, é a partir da década de 1980 que, no Brasil, são retomadas as lutas populares em defesa da Educação Popular, inclusive na escola pública. Isso decorre da reivindicação por política em prol da democratização do Estado brasileiro, via um novo reordenamento político, que inclui políticas sociais suscitadas pela participação popular. No que tange à área da educação, registra-se a expansão da educação escolar, sobretudo do ensino fundamental. Na luta por políticas educacionais de cunho democrático, destacam-se os movimentos populares, bem como educadores e educadoras reconhecidos como progressistas. Então, o *popular* passa a ter a dimensão freiriana em algumas experiências, como é o caso dos projetos de escola cidadã e movimentos de alfabetização de jovens e adultos.

Brandão (2002) e Wanderley (1984) consideram essas experiências, realizadas a partir dos anos de 1980, enquanto uma *Educação Popular aberta a ocupar novos espaços* antes não ocupados, a exemplo dos espaços institucionais vinculados às políticas públicas. Segundo esses autores, a intenção da Educação Popular na escola pública é a de promover a transformação das estruturas dominantes por meio de uma educação problematizadora. Nesses casos, o *popular* tem o significado de participação.

A partir da década de 1990, propostas e políticas de inclusão social emergem das gestões populares, as quais se orientam por ideologias de esquerda e desenvolvem políticas que, em alguns casos, convergem com a Educação Popular de raiz freiriana.

Este é também o momento em que no bojo de uma incipiente democratização do Brasil, através do processo eleitoral, em alguns estados da federação e em inúmeros municípios brasileiros, frentes partidárias democratizadoras conquistaram o poder e começaram a estender à gestão da cultura e da educação ideias, propostas e ações de Educação Popular silenciadas e reprimidas durante anos.

Uma experiência de política educacional na perspectiva da Educação Popular foi a de Paulo Freire, quando exerceu o cargo de secretário municipal de educação da cidade de São Paulo (1989-1991), a convite da então prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT). Depois dessa experiência, outras cidades se inspiraram no projeto de educação pública, popular e cidadã de São Paulo, tais como Porto Alegre (RS), Gravataí (RS), Belo Horizonte (MG) entre outras (BRANDÃO, 2002; PAULO, 2013). O *popular*, nesse caso, vincula-se à participação popular, às políticas sociais e à retomada dos processos democráticos, reprimidos no Regime Militar. As administrações denominadas como populares têm como enfoque, nesse contexto, a democracia e a participação.

A educação superior e Educação Popular, nesse período, se aproximam de uma *dimensão do direito* destinada a ocupar esse espaço, também institucional. Nesse sentido, evidenciam-se os movimentos sociais, que agregam os setores populares historicamente excluídos do acesso à educação superior, na luta por oportunidades igualitárias para ingressar na universidade. Disso, surgem os primeiros cursinhos populares destinados à inclusão da classe popular na universidade (PEREIRA, 2007). Por tais motivos, o *popular* pode ser interpretado enquanto *inclusão social*.

É a partir da década de 1990, sobretudo, que são criados vários cursinhos populares para o acesso das classes populares na educação superior, originando-se dos “Movimentos Sociais de diferentes classes na luta pelo acesso ao ensino superior” (MENDES, 2011, p.66). Em outras palavras, o acesso à educação superior é importante para o desenvolvimento econômico, o qual necessita de mão de obra qualificada. Por outro lado, foi negado às classes populares, na sua história, o direito ao acesso aos considerados níveis mais elevados do ensino e da pesquisa (LDBEN, 1996). Assim, nesse encadeamento, o lugar do *popular* tem a dimensão do direito ao acesso da classe popular aos bancos escolares.

Diante disso, são os movimentos sociais de diferentes classes que defendem o acesso e a inclusão da classe trabalhadora na universidade. No caso dos Movimentos Sociais de direita, estes enxergam, no contexto político e econômico, a necessária capacitação da mão de obra da classe popular para o mercado de trabalho. Já a luta da maioria dos movimentos sociais populares, versa sobre as questões referentes à inclusão social, enquanto disputa de espaço na universidade e como reparação da dívida histórica aos excluídos desse direito. Alguns movimentos populares, que agregam nas suas atividades a formação política, associam a luta pela universidade a um projeto de sociedade alternativo ao sistema capitalista vigente.

Ante a polissemia da expressão *popular*, não é raro escutarmos a associação entre Educação Popular com a educação pública enquanto sinônimo de educação para o pobre, ou como forma de apenas universalizar o ensino a serviço do desenvolvimento econômico do país. Aqui, o conteúdo da palavra *popular* identifica-se com a educação do popular dos países capitalistas (PALUDO, 2001), em que a escolarização se vincula ao processo de desenvolvimento social e econômico, onde o lugar da educação superior subordina-se a prestar serviço educacional para as demandas do mercado, ao mesmo tempo em que vai se popularizando em nome da democratização do acesso. Esse contexto é, para Cunha (2004), uma combinação das políticas de Estado e das de mercado. Por outro lado, alguns governos populares empregam o termo *Educação do Popular* em projetos educativos de inclusão social, abarcando, portanto, nas suas propostas as lutas reivindicatórias dos movimentos populares e princípios metodológicos participativos que visam à cidadania, questionando e negando a lógica da educação capitalista.

Com os elementos acima, é possível reafirmar que a polissemia presente no termo *popular* se apresenta numa via de mão dupla, exprimindo distintas concepções de univer-

sidade. No que chamarei aqui de *popular na universidade*, agrupo em três vertentes, não a interpretando de forma hierarquizante, tampouco externa ao movimento da história, pois essa tríade está constituída no processo de desenvolvimento das políticas educacionais e do engajamento dos movimentos populares, concomitantemente. No entanto, a busca dos sentidos e significados do *popular* contribui para a reflexão desses processos de popularizar a universidade. Portanto, não analiso esses contextos de modo generalizado, mas nas suas particularidades e totalidade, pretendendo interpretar a realidade no movimento dialético-crítico.

A primeira vertente está associada à universidade nos moldes da educação enquanto *acesso*, conduz à compreensão de uma educação “estendida ao povo” (BRANDÃO, 2006 b, p.17). Isto é, de um lado, esse acesso, no sentido da expansão e democratização da educação superior, pode ser fruto de ações afirmativas, assim como de Programas de governo, tais como o de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nesses casos, o *popular*, enquanto processo de democratização, não significa que tenhamos construído ou que se encaminha um projeto de *universidade popular* na perspectiva da Educação Popular freiriana. Assim sendo, o *popular* com o significado de *acesso* pode estar atrelado a uma *reestruturação* da educação que seja capaz de incluir os grupos populares em um espaço historicamente negado a estes setores, portanto com ideia de *direito*.

A segunda vertente está associada às lutas dos movimentos populares, quando eles estão engajados numa agenda política que tensiona os problemas oriundos do projeto de sociedade capitalista de desenvolvimento desigual. Quero dizer que esse *popular* preserva a categoria *luta* associada ao acesso, materializado nas ações coletivas dos movimentos populares que reivindicam educação, trabalho, terra, moradia, saúde, lazer e uma proposta de sociedade na qual não haja exploração. Essa vertente pode ser chamada de popular socialista.

Em uma terceira interpretação do *popular* enquanto acesso, vincula-se à educação para o pobre relacionada ao projeto de sociedade na lógica neoliberal. Por conseguinte, o processo de *acesso* à universidade permanece seletivo, unilateral e monocultural, como classifica Boaventura Souza Santos (2006; 2008). Um exemplo disso é a expansão da rede privada de faculdades isoladas que oferecem cursos à distância, numa configuração direcionada a atender a demanda do mercado, e, por vez, assumindo uma condição de *mercoeducação*¹⁹, inscrita na cultura do individualismo e da competição, portanto da *invasão cultural*. Como demonstrativo, cito dois grandes grupos de investidores na educação superior, compreendidos enquanto serviço comercial, portanto, disponível ao mercado: a

19 Termo criado sob inspiração da pesquisa de José Clóvis de Azevedo intitulada “**Reconversão cultural da Escola**: mercoescola e escola cidadã”.

Kroton²⁰ e a Laureate, com valores considerados acessíveis para a classe trabalhadora, considerando a popularização do acesso como demanda de mercado.

Gaudêncio Frigotto (1996) ajuda a interpretar o que chamarei de *popular na universidade monocultural*. Ele nos diz que no modo de produção capitalista o conhecimento tem função e fins econômicos, principalmente porque é derivado da acelerada transformação do desenvolvimento técnico-científico, embasado pelos ideais do mercado. Assim sendo, o mundo do mercado demanda capital humano mais qualificado para colaborar no processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, *o popular na universidade* se aproxima do modelo de universidade copiado do contexto europeu.

Atualmente, o significado de *popular* tem sido o de popularizar, de dar acesso àqueles que não possuíram as condições ou direitos de estar em alguns espaços ou ter determinado objeto (escola, roupa, casa, transporte, etc.); diferente do sentido que Brandão (PAULO, 2018) que o *popular* tem sintonia com a Educação Popular a partir do diálogo entre os diferentes saberes pautados por um projeto de sociedade.

A universidade popular, na perspectiva da *Educação Popular freiriana*, pode ser compreendida como "identidade de um movimento que parte da organização das classes populares em seus desafios concretos de cada realidade específica; [...] de se organizarem com ideias e estratégias de luta contra-hegemônica. (ZITKOSKI, 2011, p. 15). Para o autor, inspirado em Paulo Freire, a Educação Popular possui uma pedagogia política e libertadora. Sendo assim, uma universidade popular nessa perspectiva não se constitui a partir de modelos, de padrões e de pacotes fechados que determinam a sua organização. Porém, ela possui princípios; esses, inerentes à Educação Popular. Um deles é o princípio da *dialogicidade*, condição para a produção de uma pedagogia emancipatória. Junto à dialogicidade está conexa a *participação*, tencionando a ação e reflexão nos processos pedagógicos, políticos, metodológicos e epistemológicos.

Tendo em vista a *politicidade* no ato educativo, a universidade popular vai se construindo e se constituindo num movimento de contínua mudança, reforçando, portanto, a recusa de toda forma de opressão.

20 Para saber mais, ver uma matéria na revista [Exame.com](http://exame.com), de 25/04/2013, a qual diz que a Kroton tem o maior negócio de educação do mundo. No caso deles, o Ensino Superior encerra o ano de 2015 com mais de 1 milhão de alunos, representando um crescimento de 3,7% frente ao ano de 2014. O processo de expansão é resultado da fusão entre Kroton e outras grandes faculdades e centros universitários, tais como a Anhanguera e a Uniasselvi. Porém, houve restrições no tramite da fusão entre Kroton, Anhanguera e Uniasselvi, ocasionando a venda da Uniasselvi, que havia sido comprada, em 2012, pela Kroton. A Kroton Educacional confirmou a venda da Uniasselvi no final do ano de 2015 ao **Fundo Carlyle** que inicia sua atuação no setor de educação, aqui no Brasil, com a compra da Uniasselvi. A Uniasselvi é uma instituição de ensino à distância, que contem 7 unidades presenciais e 48 Polos de Apoio Presencial EaD, organizada nos mesmos princípios da Kroton. Ver: <http://www.valor.com.br/empresas/4286508/kroton-vende-uniasselvi-para-carlyle-e-vinci-por-ate-r-11-bilhao> e <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1040/noticias/o-azarao-chegou-ao-topo>. Acesso: 02/03/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, ao realizar um estudo bibliográfico e documental, destaca que a expressão “popular” na educação é um termo polissêmico e encontra-se em disputa. Na história da Educação Popular e da Universidade as experiências de universidades populares, na sua grande maioria, estiveram alicerçadas no discurso teórico-prático do popular na universidade. No atual contexto, a universidade brasileira, em termos de políticas estatais, vem afastando-se da Educação Popular, sobretudo a partir do novo programa federal do Ministério da Educação, intitulado como *Future-se*, cuja proposta embasa-se na mercantilização da educação (empreendedorismo, concorrência, competitividade, eficácia, gestão de risco, parcerias privadas, etc.). Essa é a chamada universidade flexibilizada, sob a lógica capitalista, reprodutora, produtivista e mercantilista da educação. Quando, utiliza-se o popular ele está associado ao capital humano e a universidade monocultural, destinada a produção de conhecimento com fins mercantis.

A universidade flexibilizada-monocultural, nesses termos, precariza o trabalho docente, se distancia da realidade concreta dos modos de viver dos trabalhadores e tenta silenciar a Educação Popular, cujo horizonte é a emancipação humana; e, portanto, disputa projeto de transformação da realidade social excludente.

É importante, destacar que algumas das experiências de extensão popular e de Educação Popular na universidade são oriundas de educadores militantes e pesquisadores da área. Além disso, essas experiências tencionam o processo histórico de universidade brasileira elitista. As experiências concretas de Educação Popular na universidade, como observamos ao longo do texto, são resistências políticas e pedagógicas frente a educação capitalista. É, em alguns casos, mediante a extensão popular que a Educação Popular se adentrou no campo da educação universitária. Desse modo, faz-se indispensável mais pesquisa atreladas a história da Educação Popular, sobretudo a partir de entrevistas com pesquisadores da área e documentos de primeira mão, como é o caso das cartas utilizadas por Paulo (2018) e a pesquisa de Osmar Fávero sobre memória e história da Educação Popular a partir de documentos de 1947 a 1966 (3 DVDs), organizados por ele e Elisa Motta, em 2015.

Na conjuntura atual, a história da Educação Popular é disseminada por intelectuais engajados, como é o caso dos pioneiros da Educação popular; também por educadores militantes que vem produzindo conhecimentos sistematizados e práticos na universidade e nos movimentos populares. O compromisso da Educação Popular é lutar pela construção de uma sociedade libertadora. Para tanto, é de suma importância, recuperar a Educação Popular na história da educação. No entanto, é imprescindível o avanço de pesquisas e produção de conhecimentos científicos emancipadores, principalmente aqueles originários da memória e história da Educação Popular. Ademais, a Educação Popular é teórico-prática, por conseguinte, tem como pauta a produção de conhecimento transgressor e rebelde. Este é um dos desafios da universidade brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ANDREOLA, Balduino A. **A Universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre**. Cadernos de Educação | FAE/PPGE/UFPel: Pelotas [29]: 45-72, julho/dezembro 2007.
- ALVES, Aluízio Filho. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial**. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- AQUINO, R. S. L.. VIEIRA, C. A. F., AGOSTINHO, W. G. C.; ROEDEL, H. **Sociedade Brasileira: Uma história através dos Movimentos Sociais**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BRANDÃO, Carlos R. **A educação como cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. 1ª ed. SP, Brasiliense, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 jun. 2019.
- CUNHA, Lenilda Soares. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: as tensões das propostas acadêmicas**. In: Melo Neto, José Francisco de. Extensão universitária: diálogos populares. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60**. O pacto do silêncio. São Paulo. Loyola: 1988.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo, Difel, 1974.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade e desenvolvimento**. In: IANNI, O. (Org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FREIRE ARAUJO, Ana Maria. Paulo Freire: uma história de Vida. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 10ª ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Compromisso: América Latina e educação popular**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1996.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Popular e Universidade: Contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba**. Universidade de Campinas: Doutorado em Filosofia da Educação. Campinas, 1988.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética de Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. **O MOVA-SP: Parceria entre Estado e Movimentos Populares**. Instituto Paulo Freire, Universidade de São Paulo. (Artigo) s/d.

GENTILI, Pablo & LANDER, Edgardo (orgs.). **Universidades na Penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

GHIRALDELI JR, Paulo. **Educação e Movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

GONÇALVES, Micheli Suellen Neves. **Educação popular na América Latina: Um estudo comparado do pensamento social de Simón Rodríguez (Venezuela, 1771-1854) e Antônio Carneiro Leão (Brasil, 1887-1966)**. Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará, 2014. (Dissertação Mestrado) 180.p.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

IRELAND, Thimoty Denis. **Educação de jovens e adultos e extensão universitária: primos pobres? Aproximações para um estudo sobre a educação de jovens e adultos na Universidade**. In: Melo Neto, José Francisco de. **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Brasil e a Educação Popular**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1917.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Problemas de Educação**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1919

LEHER, Roberto. **Reforma Universitária do governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais**. 6 fev., 2004a. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/5com/pop up/Reforma_universit_governo_LULA.htm](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop%20up/Reforma_universit_governo_LULA.htm)>. Acesso em: 10/01/2016.

LEHER, Roberto. **Para silenciar os campi**. Educação & Sociedade. Vol. 25. Número 88, p. 867-981, outubro de 2004b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a11v2588.pdf>. Acesso em: 10/01/2016.

LEITE, Denise. MOROSINI, Marília. Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática. **R. bras. Est. pedag.** Brasília, v.73, n.174, p.242-254, maio/ago. 1992.

LOPES, Milton. **A Universidade Popular: Experiência Educacional Anarquista no Rio de Janeiro**. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). História do Anarquismo no Brasil. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2007.

MACHADO, Adriano. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das Universidades**: um estudo sobre a Universidade estadual do centro-oeste do Paraná. Universidade Estadual de Maringá, 2009 (dissertação de mestrado).

MELO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão popular – valores éticos para uma cultura política pela extensão universitária. 2005. In. **VIII Congresso Ibero-Americano de extensão universitária**. Navegar é preciso... Transformar é possível. [evento na internet]. 2005; Rio de Janeiro, Brasil. [Acesso em 02 de Nov. 2014].

MEJÍA JIMENEZ, Marco Raúl. **La educación popular: una expresión de construcción de lo propio**. Documento apresentado na XXV reunião anual da ANPED. Porto de Galinhas. Brasil, 21 a 24 de Outubro, 2012.

MENDES, Maíra Tavares. **Inclusão ou emancipação**: um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes, 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MOROSINI, Marília (org.). **Universidade no Brasil: Concepções e Modelos**. 1ª Ed. Brasília: INEP. V. 1. 465 p, 2006.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. (Coord.). Educação Superior no Brasil. Brasília: Capes, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>> Acesso: fev.2015.

OLIVEIRA, José Feliciano . **A vulgarização do ensino - questões a resolver e papel das Universidades s Populares**. FOLHETO de Propaganda. Inauguração da Universidade Popular de Piracicaba no dia 3 de setembro de 1910. São Paulo: Tipografia Brazil de Rothschild & Cia., 1910, (Outubro de 1910, n. 1), p. 10-24.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Formação das/os Educadores (as) populares de Porto Alegre formadas/os em Pedagogia: identidade, trajetória e desafios.** Porto Alegre: Brava Gente/ISEI: IVOTI, 2010. (monografia/especialização).

PAULO, Fernanda dos Santos. **A formação dos (as) educadores (as)populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA.** UFRGS-FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013. (Dissertação/mestrado). 278p.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade.** Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018. 268 f.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes populares na Universidade pública brasileira e suas contradições: A experiência do Alto Uruguai Gaúcho.** 2014. 281f. Tese (doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

RODRIGUES, Edgar. **História do movimento anarquista no Brasil.** Ed. Ateneu Diego Giménez, Piracicaba, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930-1973.** Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de História.** Passo Fundo: UPF, 2005.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de S. FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova.** Coimbra, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura.** São Paulo: Cortez/IPF- SP/UFPB, 2001.

STRECK, Danilo R. et al. **Educação popular e docência – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.**

STRECK; Danilo R.; ROSA, Carolina Schenatto da. **Conexiones necesarias: la educación popular en la universidad. La Pirágua.** N. 41, 2. Sem. 2015, p.35-43.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.50, n. 111, jun./ set. 1968. p. 21-82.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TORRES, Carlos Alberto. **Pedagogia da Luta: da Pedagogia do Oprimido à escola pública popular.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997. (Tradução Luzia Araújo, Talia Bugel).

TORRES CARRILLO, Alfonso. **La Educación Popular: trayectoria y actualidad.** Bogotá: El Búho, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é Universidade.** 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ZITKOSKI, Jaime; MORIGI, Valter. (Orgs). **Educação Popular e Práticas Emancipatórias: Desafios Contemporâneos.** 1ª ed. Porto Alegre: Corag, 2011.